

Economia.

Mercado espera inflação de 8,23% em 2015
Página 28

EDITORA:
JOYCE MERIGUETTI
jmeriguetti@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327

CARGA PESADA SECULAR

IMPOSTO ALTO

UMA LUTA QUE JÁ

DURA TRÊS SÉCULOS

Mártir da Inconfidência, Tiradentes era contra o quinto da Coroa

/// BEATRIZ SEIXAS
/// LUÍSA TORRE

Em 21 de abril de 1792, morria Joaquim José da Silva Xavier, executado em praça pública. Famoso pelo apelido de Tiradentes, ele lutava contra os altos impostos cobrados pela Coroa Portuguesa sobre o ouro extraído das Minas Gerais, era o chamado quinto – apelidado de “quinto dos infernos” –, que resultou na Inconfidência Mineira. Quase três séculos depois, a briga é a mesma. Um quinto do ouro extraído, ou seja, 20%, ia para o governo português. Hoje, a carga tributária brasileira responde por mais de 36% PIB nacional.

O Brasil tem uma das cargas tributárias mais altas do mundo, em patamar semelhante a de países como Dinamarca, Suécia e Finlândia. O peso dos impostos seria justificado se não fosse o pouco retorno. Entre os 30 países onde mais se paga tributos, o Brasil – ao contrário de Dinamarca, Suécia e Finlândia – é o que tem o pior retorno à sociedade.



GUILHERME FERRARI

E o retorno?

O empresário André Saiter Sperandio, 36, é dono de uma empresa de construção civil e de uma loja de iluminação. Os altos impostos impactam na sua vida, na da esposa, Renata, e até na da filha deles, Valentina. “A gente trabalha 12 meses para pagar cinco (meses) de imposto. Se precisar aumentar porque o transporte público será gratuito, tudo bem. Mas a gente não vê esse retorno”.

“O imposto no Brasil é malvisto porque historicamente é injusto, mal cobrado e excessivo”, explica o escritor Laurentino Gomes, autor de “1808”, “1822” e “1889”. “A história dos impostos no Brasil é bastante incômoda para a popula-

ção. Na época da colônia, Portugal intermediava as transações e arbitrava o imposto que fosse de interesse da Coroa para cobrir as necessidades da metrópole. Isso continua depois, com o quinto, e quando a Corte veio ao Brasil. O critério

sempre foi cobrir o rombo, a Corte tinha muita gente. Foi uma das razões também da Revolução Pernambucana, em 1817”, explica.

“Hoje se gasta muito, o estado é muito pesado, mas o estado português já era grande e pesado, com

gastos enormes”, assinala Laurentino.

A arrecadação de impostos, diz o professor do departamento de Ciências Contábeis da Ufes Claudio Simões Salim, deveria atender o bem-estar do cidadão, mas o retorno é muito aquém. “A máquina brasileira tem uma das melhores estruturas de arrecadação. Se o imposto fosse aplicado direito, teríamos um país fantástico”.

O QUE FAZER

A falta de retorno reflete-se no bolso das famílias, que têm de pagar pelo que deveria ser público, como segurança, saúde e educação. Além disso, impostos embutidos em todos os produtos e nas etapas de produção das empresas oneram igualmente pobres e ricos. “A tributação sobre o consumo penaliza os mais pobres, e isso faz com que as pessoas de menor renda paguem mais proporcionalmente. Mais de 70% da arrecadação é feita dessa forma”, destaca o presidente-execu-

tivo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, João Eloi Olenike.

Neste ano, o impostômetro – placar que marca a arrecadação em todo o Brasil – atingiu, mesmo com a crise, a marca de R\$ 500 bilhões nove dias antes que em 2014. “Isso mostra a voracidade de arrecadação que estamos passando. O aumento da energia elétrica é um exemplo de como o contribuinte está sendo penalizado”, conclui Olenike.

O grande desafio, detalha Hugo Júnior Brandião, mestre em Administração Pública e professor da Ufes, é aplicar os tributos com eficiência e combater os desvios. “A eficiência, ou seja, o máximo de economia na utilização dos recursos, pretendendo obter resultados planejados, é um princípio fundamental da gestão pública. Com um mínimo de eficiência, é possível fazer muito mais do que é feito hoje, mas nada será possível sem moralidade e vergonha na cara, tanto dos governantes, quanto dos governados”.

LINHA DO TEMPO

Percentual do PIB



Ano

CARGA PESADA SECULAR

CONTRIBUINDO PARA O ATRASO

Carga tributária excessiva tira competitividade das empresas

Diante da quantidade de impostos, empresas perdem capacidade de investimento

«A competitividade das empresas é uma das mais impactadas pela alta carga tributária. Empresários e especialistas questionam como fazer investimentos se os impostos consome boa parte de seus rendi-

mentos. A consequência do baixo investimento é que as empresas não crescem. Esse é um dos fatores que compõem o famoso Custo Brasil.

O presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), Marcos Guerra, explica que a redução da carga tributária é uma bandeira da indústria. “O Brasil é um dos pou-

cos países do mundo, talvez o único, onde há cobrança de impostos na exportação, mesmo que o setor produtivo já tenha contribuído durante o processo de produção. No Espírito Santo, nossa indústria representa 38,5% do PIB, mas dos R\$ 18,5 bilhões em tributos recolhidos no Espírito Santo em 2013, apenas 36,65% retornaram”.

Na avaliação do dirigente, é preciso alinhar o peso da carga tributária às perspectivas econômicas, priorizando investimentos.

O presidente-executivo do IBPT, João Eloi Olenike, destaca que o impacto dessa tributação para as empresas é muito grande. “No Brasil a tributação é sobre o faturamento e não sobre o lucro. O que é injusto”, diz.

Os altos impostos impactam também no comércio, diz José Lino Sepulcri, presidente da Federação do Comércio (Fecomércio). “Cada mercadoria tem sua tributação, mas, por menor que seja, é o dobro que se cobra em outros países em desenvolvimento. Boa parte dos produtos do comércio têm preços elevados por causa da tributação”.

A consequência disso é que, para algumas empresas, a única saída é a sonegação, explica o economista e consultor empresarial na área de finanças e custos, Sivaldo Dal-Ry. “Há empresas que deixam de recolher impostos para aumentar os lucros, mas existem empresas médias e pequenas que deixam de recolher para sobreviver”.

TRIBUTAÇÃO PAQUIDÉRMICA

ARRECAÇÃO

Em 2014, o país arrecadou

R\$ 1,85 trilhão em impostos

R\$ 65.116,15 (daria para contratar mais de 5 professores do ensino fundamental por ano)

R\$ 3.906.968,92 (daria para construir mais de 112 casas populares de 40 m²)

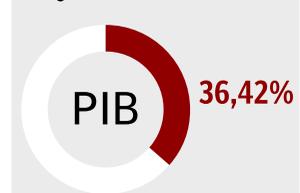
R\$ 234.418.134,92 (daria para construir mais de 4.880 postos policiais equipados)

SÃO ARRECADADOS NO BRASIL



R\$ 5.626.035.238,20 (daria para pagar durante 376 meses a conta de luz de todos os brasileiros)

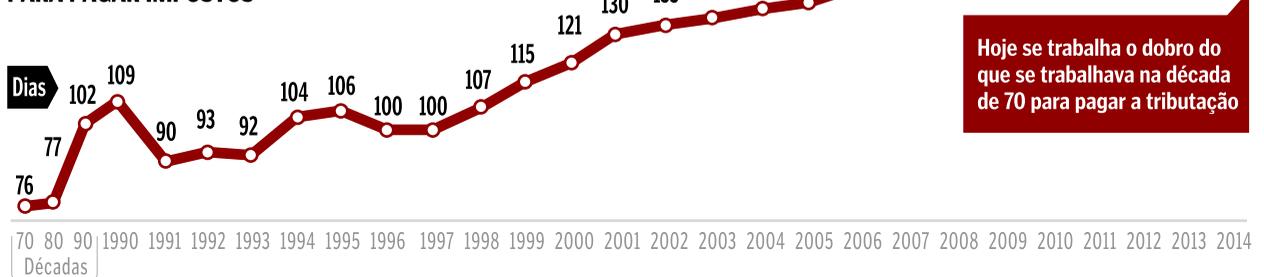
A carga tributária no Brasil em 2013



TRIBUTOS 63 tributos entre impostos, taxas e contribuições são cobrados no país

- Imposto de Renda e FGTS Federal
- ICMS e IPVA Estadual
- IPTU e ISS Municipal

EVOLUÇÃO DOS DIAS TRABALHADOS PARA PAGAR IMPOSTOS



Hoje se trabalha o dobro do que se trabalhava na década de 70 para pagar a tributação

RETORNO À SOCIEDADE

Entre os 30 países com a maior carga tributária, o Brasil é o que tem o pior retorno dos valores arrecadados em prol do bem-estar da sociedade

Os cinco mais bem colocados

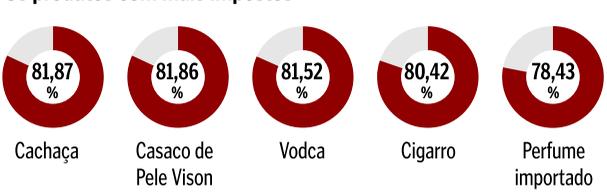
- 1º Estados Unidos
- 2º Austrália
- 3º Coreia do Sul
- 4º Irlanda
- 5º Suíça

Os cinco piores no ranking

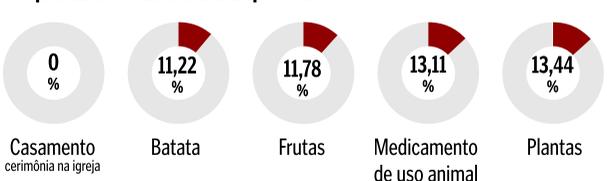
- 30º Brasil
- 29º França
- 28º Dinamarca
- 27º Itália
- 26º Finlândia

PRODUTOS

Os produtos com mais impostos



Os produtos com menos impostos



Como é nos 10 países em que mais as pessoas trabalham para pagar impostos

- 1 DINAMARCA 175 dias
- 2 FRANÇA 165 dias
- 3 SUÉCIA 163 dias
- 4 ITÁLIA 162 dias
- 5 FINLÂNDIA 161 dias
- 6 BÉLGICA 159 dias
- 7 ÁUSTRIA 158 dias
- 8 NORUEGA 154 dias
- 9 BRASIL 151 dias
- 10 HUNGRIA 142 dias

ANÁLISE

É preciso educação e transparência

«Os fundamentos de qualquer Estado incluem o financiamento dos gastos sociais pela população por meio de tributos. Isso é natural. Mas a questão está em que grau se dá essa arrecadação e como ela retorna à população. No Brasil, o contribuinte se sente enganado, já que não recebe retorno satisfatório. A preocupação que deve existir é: para onde vai o dinheiro arrecadado da população? O Estado não funciona porque é mal administrado e a má gestão do recurso público faz com que o dinheiro seja escoado. Essas distorções eu atribuo a uma espécie de deseducação moral e cívica dos nossos cidadãos, em especial dos que lidam com o Estado, como servidores públicos e parlamentares. Para reverter esse quadro, o primeiro passo é ter um esforço com a lei de transparência e criar uma cultura de conhecimento dos gastos públicos. Além disso, criar mecanismos para medir o grau de eficiência dos gastos e das políticas públicas. Mas a raiz disso tudo é a educação. Desde pequenas as crianças devem ser orientadas para um contato com a política. Hoje vemos o contrário.»

CALEB SALOMÃO PEREIRA
ADVOCADO E PROFESSOR DE DIREITO CONSTITUCIONAL DA FDV